



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

**ATA DE SESSÃO PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS
Nº . 037/2022/CPLO/SUPEL/RO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0036.444095/2020-14/SESAU/RO

OBJETO: Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), no município de Porto Velho - RO.

Aos **vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três às nove horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 5/2023/SUPEL-CI**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, contra decisão da Comissão de Licitação que desclassificou sua proposta de preços por não apresentar o item 9.7.14 da Planilha Orçamentária (CONDULETE DE ALUMINIO TIPO T, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 1 1/2", COM TAMPA CEGA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO), como também sua Composição Unitária de Custos, descumprindo assim, a alínea e.l.) do item 17.1.2. e alínea g) do item 20.2.1., ambos do Edital em Ata de Sessão datada em 21/12/2022, e disponibilizado no site endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel e Diário Oficial do Estado na mesma data.

Inicialmente tornamos sem efeito a **Ata ID (0035148451)** por conter erro material.

I - DAS PRELIMINARES

- 1) Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME, contra o Resultado do julgamento das propostas de preços referente à Tomada de Preços nº 037/2022/CPLO/SUPEL/RO.**
- 2) CONTRARRAZÕES – a empresa PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME é a única licitante que participa da segunda fase do certame, portanto não há contrarrazões de recurso.**
- 3) Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 8.666/93.**

II - DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação, que desclassificou sua proposta de preços alegando o que segue:

1) [...] entendemos que a referida decisão não foi a mais adequada, carecendo de reformas, uma vez que esta, diante da desclassificação de todas as propostas - só participava uma empresa na fase, deveria ter fixado ao licitante prazo para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que redundaram na desclassificação [...].

2) [...] Licitação fracassada ocorre quando todos os licitantes forem inabilitados ou, quando todos os proponentes forem desclassificados, justamente o que sucede no procedimento licitatório em análise - no caso a única proponente foi desclassificada (PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME) [...].

3) e ainda que, [...] Em casos tais, segundo preceitua o art. 48, 3º, da Lei de Licitações, a Administração poderá abrir prazo de 8 dias úteis (ou 3 dias úteis no caso de convite) para reapresentação de nova documentação (no caso de todos restarem inabilitados) ou reapresentação de novas propostas (no caso de todos restarem desclassificados) [...].

Nesse contexto, a empresa **PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME** REQUER a aplicação do art.48, § 3º da Lei 8.666/93, concedendo-lhe o prazo de 08 (oito) dias para reapresentação de nova proposta.

III - DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO:

Após analisar o recurso interposto, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, discorre à possibilidade, ou não da aplicabilidade do Art. 48 da Lei Federal n. 8.666/93:

Pois bem.

A Lei Federal n. 8.666, de 1993, em seu art. 3º, traça as regras básicas do procedimento licitatório, estabelecendo alguns princípios jurídicos que o norteiam, como os da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, a vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, etc.

Deve-se admitir a aplicação de outros que lhe são correlatos, tais como o princípio do aproveitamento, sempre que possível, dos atos válidos que compõem o procedimento licitatório. Está a se dizer do princípio da economicidade, eficiência e da razoabilidade.

Neste contexto, desde que os vícios existentes em todas as propostas desclassificadas sejam razoavelmente sanáveis, não seria óbice à aplicação do regramento.

A aplicação do artigo 48, § 3º, da Lei 8.666/93, em tese, aplicar-se-ia nas modalidades Concorrência, Tomada de Preços e Convite, dada sua instituição no texto da Lei 8.666/93.

Com relação a alegação da requerente que pelo fato de ser a única participante do certame, a Comissão de Licitação deveria ter fixado ao licitante prazo para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que redundaram na desclassificação, ressaltamos que segundo § 3º, do artigo 48, da Lei 8.666/93 faculta a Administração a aplicação ou não do preceito legal.

Diante do acima explanado, o Tribunal de Contas da União – TCU, recentemente, enfrentou o tema relacionado à reabertura de prazo para apresentação de propostas. A discussão versava sobre contratação de empresas para construção de unidades habitacionais. A empresa desclassificada, após a abertura do prazo, teria, segundo a unidade técnica do TCU, afastado os vícios apontados, reduzindo os preços unitários que se encontravam superiores aos da planilha, “porém aproveitou para realinhar todos os seus preços unitários praticamente”, igualando aos da planilha que constava do edital.

Nesse sentido, o TCU fixou:

"A reabertura de prazo para apresentação de novas propostas, com fulcro no art. 48, § 3º, da Lei 8.666/1993, permite a ampla reformulação das propostas anteriores, observados os ajustes necessários a afastar as causas ensejadoras da desclassificação, cujo resultado não poderá ultrapassar o valor global máximo da proposta anterior de cada licitante, com exceção dos casos em que a desclassificação tenha ocorrido por inexequibilidade."

O ministro Walton Alencar discorre:

"[...] permitir a ampla reformulação das propostas visa à obtenção de melhores ofertas mediante a preservação do ambiente competitivo, "por óbvio não poderia essa nova etapa do certame resultar em contratação mais onerosa do que a que decorreria da aceitação das propostas originais [...]"

Nesse contexto, a CPLO dá provimento ao recurso administrativo, enviando os autos ao Gabinete/SUPEL para análise e deliberação.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada, assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho/RO, aos **vinete e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três às nove horas e cinquenta minutos**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO

Membro

ALINE CRUZ DE OLIVEIRA

Membro Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 24/01/2023, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espírito Santo, Membro**, em 24/01/2023, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Cruz de Oliveira, Membro**, em 24/01/2023, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0035295611** e o código CRC **3BC372B0**.